

Polícia

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Médico e policial proibidos de ficarem perto da mulher

THIAGO COUTINHO — 26/08/2016

Advogado e empresário também estão entre os denunciados na Grande Vitória. Mais de 2.700 casos foram registrados este ano

Felipe Pacheco

A prática de violência contra a mulher é um crime que não tem classe social. Prova disso é que a Justiça proibiu advogado, policial, empresário e médico de conviver com suas mulheres. Elas receberam medidas protetivas.

São mais de 2.700 denúncias registradas contra homens nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) na Grande Vitória. Na capital, por exemplo, até agosto deste ano foram registradas 1.170 denúncias, uma média de 146 ao mês, entre elas, acusações contra um advogado e um policial militar.

A titular da Deam de Vitória, delegada Arminda Rodrigues, reforçou que a violência praticada independe da profissão. “É uma questão não determinada pela classe econômica ou pelo grau de escolaridade. Vários profissionais são acusados de praticar atos contra suas companheiras. Essa violência é muito presente em nossa sociedade”, garante a delegada.

De acordo com a titular da Deam de Vila Velha, delegada Maria Aparecida Sfalini, os números não



DELEGADA Arminda Rodrigues afirmou que a violência contra mulher independe da profissão do acusado

apresentaram aumento em relação ao mesmo período no ano passado. Segundo a delegada, são registrados por mês 200 denúncias.

“Existe hoje incentivo para que as mulheres denunciem e a mídia tem papel importante nisso. O caso recente de agressão à atriz Luiza Brunet serviu de motivação para elas registrarem os casos e os agressores responderem pelos crimes”.

Apesar disso, Sfalini percebe relutância nas vítimas de classe

média em expor seus casos. No município, foram expedidas medidas protetivas para mulheres de empresário e médico. “Há um temor muito grande dessas mulheres em serem julgadas”.

MOTIVAÇÃO

Traição, consumo de bebidas alcoólicas, uso de drogas e o machismo são apontados como os principais motivos para a violência contra a mulher.

Ao contrário do que se imagina, os crimes que lideram o número de denúncias não são os de violência física, mas de cunho psicológico, afirma Arminda Rodrigues. “São ameaças de não dar pensão, de morte, de fazer mal a pessoas queridas”, lembrou a delegada.

As titulares da Deam de Cariacica, da Serra e de Viana foram procuradas na tarde de ontem, mas não atenderam as ligações.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/DIVULGAÇÃO



CLAUDIA Albuquerque: combate

Redução nas mortes de mulheres

Considerado um dos estados com maior índice de violência contra a mulher, o Espírito Santo apresentou números mais animadores no combate à agressão doméstica.

De acordo com dados do Atlas da Violência deste ano, o Estado ocupa a quarta colocação no ranking nacional de homicídios contra as mulheres. Apesar de estar entre os líderes em feminicídios, a

posição representa um avanço para quem ocupava a primeira posição há três anos.

“Em 2014, tivemos 139 homicídios de mulheres no Estado. Em 2015, foram 130 e neste ano, tivemos até hoje (ontem) 75. Até a mesma data no ano passado, foram 104. É preciso falar sobre a violência contra a mulher e levar a consciência da necessidade de des-

construir preconceitos”, afirmou a promotora do Ministério Público do Estado (MP-ES) e coordenadora estadual do Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (Nevid), Claudia Regina dos Santos Albuquerque.

Ela destaca o papel da imprensa no processo de fortalecimento das vítimas e construção do discurso de empoderamento da mulher.